

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAMILA HEIMOSKI

Conselho de Classe e Gestão Democrática

CURITIBA

2016

CAMILA HEIMOSKI

Conselho de Classe e Gestão Democrática

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Políticas Educacionais no Curso de Especialização em Políticas Educacionais, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Taís M. Tavares

CURITIBA  
2016

## TERMO DE APROVAÇÃO

CAMILA HEIMOSKI

### CONSELHO DE CLASSE E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Monografia apresentada e aprovada no curso de Especialização em Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.



Prof. /Profa. Dr (a). Tais Moura Tavares  
Orientador (a)



Profa. Dra. Andréa Barbosa Gouveia  
Coordenadora do Curso

## AGRADECIMENTOS

Ao Setor de Educação da Universidade Federal e a APP Sindicato pela iniciativa, em parceria, de valorizar o trabalhador da educação.

A orientadora Prof<sup>a</sup>. Dra. Taís M. Tavares pelo tempo disponibilizado.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para esta pesquisa (diretores, pedagogas, funcionários, pais, alunos, etc).

Aos colegas de curso, que procuraram sempre colaborar uns com os outros e incentivar nas horas difíceis.

Principalmente a minha família, pois sem o apoio deles não seria possível esta realização.

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir, no contexto educacional de gestão democrática, a importância da participação de diferentes segmentos da comunidade escolar no Conselho de Classe. Para compreender a importância deste órgão constituinte do ambiente escolar, foi realizada pesquisa sobre sua construção histórica, sua função enquanto instância colegiada de avaliação e organização do trabalho escolar. Com o objetivo de identificar a configuração atual de participação dos segmentos no momento do Conselho, foi realizado levantamento de dados através de questionário. Este foi aplicado aos estabelecimentos de uma das setorizações da rede estadual de ensino da cidade de Curitiba, com questões relacionadas à participação, avaliação de importância de participação e ações realizadas na democratização deste espaço. Também realizada entrevista com alguns dos segmentos para procurar compreender o entendimento destes sujeitos em relação ao Conselho de Classe. Após a análise dos dados concluiu-se que ainda não existe uma maior participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar no momento do Conselho de Classe, que nem todos compreendem a importância da abertura dos espaços. No entanto, existem ações pontuais com o objetivo de maior participação, ações estas que exigem preparação, conhecimento e comprometimento de todos os sujeitos envolvidos no processo. É fato que existe a necessidade de ampliar o espaço para decisões coletivas no ambiente escolar como estratégia para que a escola cumpra seu papel social na busca por uma sociedade mais igualitária.

Palavras-chave: Gestão democrática. Conselho de Classe. Participação.

## **ABSTRACT**

This study aims to discuss, in the educational context of democratic management, the importance of the participation of different segments of the school community in the Class Council. To understand the importance of this constituent body of the school environment, research was carried out on its historic building, its function as a collegiate body of evaluation and organization of school work. Aiming to identify the current configuration of participation of the segments at the time of the Council was held data collection through a questionnaire. This was applied to establishments of one sector of the state schools in the city of Curitiba, on issues related to participation, evaluation of importance of participation and democratization actions taken in this area. It was also conducted interviews with some of the segments, to try to understand the knowledge of these subjects in relation to the Class Council. After analyzing the data it was concluded that there is still no greater participation of different segments of the school community at the Class Council, that not everyone understands the importance of opening spaces to participation. However, there are specific actions with the goal of greater participation, these actions that require preparation, knowledge and commitment of all those involved in the process. It is true that there is a need to expand the space for collective decisions in the school environment as a strategy for the school to fulfill its social role in the search for a more egalitarian society.

Keywords : Democratic Management . Class Council. Participation.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Com que frequência os seguintes membros participam do Conselho de Classe? .....	27
TABELA 2 - Com que frequência estes assuntos são discutidos no Conselho de Classe? .....	28
TABELA 3 - Numa perspectiva de gestão mais democrática dos espaços escolares, você avalia que o Conselho de Classe também pode ser uma instância de participação dos diferentes membros da comunidade escolar? .....	29
TABELA 4 - O estabelecimento de ensino no qual você trabalha realiza ações em prol de uma maior interação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar (professores, alunos, pais, funcionários) junto ao Conselho de Classe? .....	30

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>11</b>
2.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR.....	11
2.2 O SURGIMENTO DO CONSELHO DE CLASSE .....	15
2.3 CONSELHO DE CLASSE COMO INSTÂNCIA COLEGIADA .....	18
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>23</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>25</b>
4.1 PARTICIPAÇÃO, POSSIBILIDADE DE COLABORAÇÃO .....	32
4.2 DIFICULDADES A SEREM SUPERADAS .....	39
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>43</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>
<b>7 ANEXO.....</b>	<b>50</b>



## 1 APRESENTAÇÃO

Historicamente a sociedade brasileira tem lutado em busca da ampliação de seus direitos e na construção de uma nação cada vez mais igualitária, humana, justa e que oportunize aos seus membros realmente participar da vida cidadã. No ambiente escolar, escutar a comunidade e chamá-la a participar ajuda na compreensão de sua realidade, suas necessidades e especificidades. Esta contextualização é relevante para que possamos construir coletivamente um processo de ensino adequado àquela comunidade.

Ferramentas legais vieram instituir meios para que a escola passasse a ter características mais democráticas. Primeiramente, a Constituição Federal de 1988, que identifica o Brasil como Estado Democrático de Direito e que rege em seu artigo sexto a educação como direito social. Em seu artigo 205, a educação é colocada como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Sendo direito de todos, passa a se trabalhar para ao acesso à educação por parte de toda a população. Com relação ao ensino, vale destacar os princípios, no artigo 206, de gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, da gestão democrática do ensino público, na forma da lei e também da garantia de padrão de qualidade.

A gestão democrática do ensino público vem a ser regulamentada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - Lei 9394/96, que destaca a gestão democrática do ensino público (artigo 3º) e rege como princípios, no artigo 14º, a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Com a afirmação da gestão democrática como princípio, foi necessária a formação de espaços para que se viabilizasse a participação da comunidade, promovendo assim as instâncias colegiadas: Conselho Escolar, Conselho de Classe, Associação de Pais, Mestres e Funcionários e Grêmio Estudantil.

Entre estas instâncias colegiadas, temos o Conselho de Classe, espaço onde é realizado um olhar mais específico sobre o educando, sua aprendizagem e sobre as ações pedagógicas adotadas pelo estabelecimento de ensino. Nele,

discuti-se e decide-se coletivamente o encaminhamento do processo de ensino-aprendizagem e orientação do trabalho escolar. O Conselho de Classe pode ser fator transformador e de superação de questões de conflito na escola ou pode também ser legitimador de práticas burocráticas e autoritárias.

Este estudo procura apurar se as escolas estaduais do Paraná, atuando numa concepção de gestão democrática, tem oportunizado a participação dos diferentes segmentos que compõe a comunidade escolar no momento do conselho de classe e assim, discutir a importância desta participação, partindo da compreensão, no contexto educacional, de concepção teórica de gestão democrática e o acesso por parte da comunidade à gestão escolar. Sobre o Conselho de Classe, faz-se necessário primeiramente conhecer sua construção histórica e sua função enquanto instância colegiada de avaliação e organização do trabalho escolar para refletir sobre fatores que delimitam a participação dos segmentos e seus efeitos na gestão da escola.

Torna-se relevante esta observação tendo em vista que é o poder de mudança, de reorganização do trabalho escolar, de reflexão coletiva inerente ao Conselho de Classe, que o torna uma ferramenta importante na busca por ambientes escolares de melhor qualidade, que conseguem alcançar seus objetivos educacionais e também realizam transformações sociais na comunidade atendida, formando cidadãos com consciência crítica e capacidade de atuação perante a sociedade. Cabe também refletir sobre que esforço está sendo aplicado na democratização do espaço escolar, se este consegue ir além dos espaços instituídos, que por vezes podem ter uma atuação meramente burocrática, como Conselho Escolar, Associações de Pais, Mestres e Funcionários, Grêmios Estudantil.

A literatura existente nos apresenta uma variedade de estudos voltados ao trabalho de avaliação escolar e, em sua maioria, ligados a visão do professor em relação à avaliação dos alunos. Pouco se fala em ampliar os participantes do Conselho de Classe, talvez por ainda ser caracterizada como “opcional” e “recomendada” a participação de alunos e pais, conforme consta no Caderno de subsidio para elaboração de Regimento Escolar (SEED/PR, 2010). Isso indica o quanto temos ainda a caminhar na compreensão da escola como um lugar de socialização e de construção de consciência do coletivo.

Significativos relatos de experiências de participação dos diferentes sujeitos da comunidade escolar junto ao Conselho de Classe são encontrados através de algumas produções de professores da rede estadual do Paraná participantes do PDE - Programa de Desenvolvimento Educacional, uma política pública que estabelece o diálogo entre os professores do ensino superior e os da educação básica, através de atividades teórico práticas orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública paranaense.

Iniciativas sempre existiram ao longo da história da educação brasileira, mas ainda é possível observar resistência ou falta de ação no ambiente escolar, as dificuldades para transformar experiências pontuais em práticas frequentes. Estas dificuldades refletem uma herança resultante de um processo histórico de política autoritária, com a ditadura militar e também com período onde a prioridade foi pela busca de profissionalização do educando em prol das necessidades econômicas do país. Dalben (1995, p.28) resalta estes aspectos em relação a Lei nº 5692/71, que fixava diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e que não contou com maiores discussões, já que não teve a participação popular em sua construção. Foi posteriormente revogada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), a qual traz novos elementos para a formulação de uma educação em prol da formação de seres críticos e participantes.

O Conselho de Classe é um espaço privilegiado de discussão do trabalho escolar, especificamente de análise das práticas avaliativas e do processo de aprendizagem. É também um espaço de troca de experiências entre os profissionais, de reflexão sobre o encaminhamento do estabelecimento de ensino, onde se constrói a cultura escolar daquele estabelecimento. Desta forma, torna-se relevante a abertura para que todos os sujeitos que compõe a comunidade escolar tenham oportunidade de opinar, mas principalmente, refletir coletivamente sobre que cultura a escola quer construir na sociedade, trazendo assim uma nova dinâmica para este espaço. Logo, o Conselho de Classe destaca-se enquanto instância colegiada dentro da configuração de uma gestão democrática de ensino. Gestão está que deve objetivar o envolvimento e comprometimento de todos em prol do desenvolvimento de uma educação de qualidade e que atenda os anseios da comunidade.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo são apresentadas informações e ideias obtidas através de revisão bibliográfica sobre o tema e necessárias ao embasamento deste estudo.

### 2.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR

Com uma maior participação popular na construção da democracia brasileira, uma resposta ao período histórico anterior de ditadura militar, temos na promulgação da Constituição Federal de 1988, chamada de “constituição cidadã” por procurar garantir em muitos aspectos os direitos dos cidadãos brasileiros. A educação está colocada no artigo sexto como direito social.

Apresenta também, em seu artigo 206, inciso VI, que trata dos princípios da educação nacional: “*gestão democrática do ensino público, na forma da lei*”. Essa expressão vem a ser reforçada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - Lei 9394/96, que valoriza o trabalho coletivo da comunidade escolar ao apresentar em seu artigo 3º, inciso **VIII** – “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”, e ainda no artigo **14º**:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

**I** - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

**II** - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, Lei nº 9394, 1996)

Como afirma a professora PDE<sup>1</sup> Irene de Fátima Galina (2008), “conferido aos sistemas de ensino autonomia para promover a gestão democrática, ao mesmo tempo em que se enfatiza o princípio da participação, tanto a dos profissionais da educação na definição dos processos pedagógicos, como a da comunidade nos conselhos”(GALINA, 2008, p.7).

---

<sup>1</sup> PDE - Programa de Desenvolvimento Educacional: política pública que estabelece o diálogo entre os professores do ensino superior e os da educação básica, através de atividades teórico práticas orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública paranaense.

Esta autonomia se faz presente no “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, como mencionado no artigo 3º, que servem à liberdade de construção e execução de uma proposta pedagógica que respeite as características específicas de uma comunidade, sempre de acordo com as normas vigentes.

Neste contexto os diferentes agentes que atuam na escola exercem sua autonomia, como por exemplo, um professor em elaborar suas aulas, mas os indivíduos, num propósito maior do coletivo, se reúnem na elaboração de uma proposta pedagógica, juntamente com outros atores que, superando os interesses individualistas, definem uma proposta que venha ao encontro da especificidade daquele ambiente. Ainda em seu artigo 15º, a LDB garante que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público\*\*\*.

A busca pela autonomia escolar passa pelo reconhecimento da escola enquanto instituição, composta por pessoas capazes e comprometidas com o público, que compreendem a relação que existe com o poder público e sua normatização, sendo pressionados por estas regras e contribuindo para modificá-las, e também compreendem e se comprometem com a função da escola na busca de qualidade de ensino para todos e na construção da cidadania de uma sociedade.

Já, para pensarmos em gestão democrática escolar, devemos identificar a escola como um ambiente de construção e organização do conhecimento e das relações sociais, apropriação dos saberes sistematizados, porta de entrada para a conscientização do educando enquanto sujeito crítico e consciente garantindo que este indivíduo seja capaz de exercer sua cidadania.

Souza (2009), analisa o conceito de gestão escolar democrática como:

Um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. (SOUZA, 2009, p.125)

Ainda, o autor ressalta que é necessário se pautar no diálogo, reconhecendo as especificidades do trabalho de cada um, com pensamento no bem coletivo e com respeito as normas ali estabelecidas. É necessário que a participação seja efetiva e

para tal, todos os sujeitos da comunidade escolar devem ter garantido o acesso as informações.

Diante deste contexto, para que se efetive uma gestão democrática no ambiente escolar é imprescindível que os sujeitos que ali atuem, sejam professores, funcionários, pais ou alunos, estejam conscientes das ferramentas de participação oportunizadas no ambiente, de como se dá o processo de trabalho escolar, reflitam sobre seus anseios e as necessidades daquele ambiente e procurem atuar ativamente na transformação daquela escola.

Se pensarmos na gestão, como afirma Paro (1998, p. 4), sendo associada a administração como mediadora na “utilização racional de recursos para a realização de determinados fins”, deve-se utilizar os meios disponíveis, se apropriar deles e do conhecimento ali presente para atingir o objetivo determinado. Sendo então a administração (gestão) relacionada a educação, o autor destaca:

Se esta envolvida a educação, é importante, antes de mais nada, levar em conta os objetivos que se pretende com ela. Então, na escola básica, esse caráter mediador da administração deve dar-se de forma a que tanto as atividades-meio (direção, serviços de secretaria, assistência ao escolar e atividades complementares, como zeladoria, vigilância, atendimento aos alunos e pais), quanto a própria atividade fim, representada pela relação ensino-aprendizagem que se dá predominantemente (mas não só) em sala de aula, estejam permanentemente impregnadas dos fins da educação. Se isto não se dá, burocratiza-se por inteiro a atividade escola. (PARO,1998, p.4)

Portanto as ações de gestão dentro do ambiente escolar devem estar voltadas para promover o melhor ambiente para que assim se consiga desenvolver um ensino de qualidade.

Isto exige mudanças no interior da escola, readequação dos seus procedimentos, das relações sociais entre os sujeitos ali presentes e mudanças significativas não ocorrem de maneira simples. Esforços são necessários, começando pela institucionalização de espaços que possibilitem a participação dos sujeitos.

Lembramos, entretanto, que uma gestão democrática não se dá somente pela existência de um espaço instituído. Ele é a ferramenta garantidora de participação, mas se não é ocupado com consciência torna-se um espaço burocrático, perpetuador de uma política educacional burocrática, o que nos leva a afirmação de Paro (1987, p.51): “toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública isso acaba sendo considerado como coisa utópica”, pois mesmo

com a disponibilidade de um espaço de participação é necessário o esclarecimento aos sujeitos sobre como podem ali atuar, se articular e então participar de forma produtiva no ambiente escolar.

Aqui compreendemos que o conceito trabalhado de gestão democrática está sustentado na ampliação ao acesso de informações por todos os membros da comunidade escolar, em oportunizar a estes o domínio destas informações e na ampliação dos canais de diálogo entre os membros, trazendo a compreensão das questões dos outros, entendendo suas demanda e condição social para, então, construir coletivamente uma via de ação.

Como a participação é condição para a efetivação da democracia, há que se levar em conta aspectos importantes, como afirma Souza (2009, p. 133), em relação à participação na gestão democrática. O primeiro refere-se à normatização e normalização dos espaços de participação, onde se regulamenta, disciplina e organiza a forma como se dá a participação, amarrando os sujeitos a ações menos significativas, onde se controla a atuação. O segundo é a não participação, utilizada como “ação estratégica” de rejeição, quando o sujeito é contrário ao processo de participação nas decisões coletivas.

Este aspecto traz em si a exoneração de responsabilidades referentes às decisões tomadas, onde o indivíduo não concorda e, portanto, não participa. O terceiro refere-se ao fato de que participar não é somente tomar uma decisão, um voto, e sim assumir responsabilidade em relação à “ação reguladora, fiscalizadora, avaliadora” que compõe os encaminhamentos das ações políticas dentro do ambiente escolar. Isto só é possível quando os sujeitos estão em “condições adequadas”, detêm o conhecimento e as informações necessárias para então atuarem.

É inegável a influência que a educação exerce sobre a construção da mente dos indivíduos em relação ao seu poder de participação e transformação da sociedade, sendo a escola o instrumento que inicia a transformação dos indivíduos através do conhecimento ali disseminado. Vivenciar uma experiência traz um grande aprendizado e se esperamos uma sociedade mais justa e igualitária, o ambiente escolar é o instrumento gerador desta mudança.

Como já citado, no intuito de cumprir os princípios de autonomia e gestão democrática presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no ambiente

escolar temos instituídas as chamadas instâncias colegiadas. Mecanismos de representação e participação política da comunidade, órgãos em que todos os segmentos participam de processos decisórios com relação às ações de uma unidade escolar. Discutem e decidem coletivamente sobre questões administrativas, financeiras e pedagógicas.

Como afirma Lima (2007, p. 49):

Não se constrói uma escola democrática, interativa, aberta, viva, dinâmica e acolhedora sem o envolvimento político de todos que a compõem, ou sob uma administração centrada apenas em uma pessoa, mas sim, por um colegiado que reúna todos os envolvidos no processo educativo. (LIMA 2007, p. 49).

É através da utilização destes espaços instituídos de participação, de trabalho coletivo da comunidade escolar, que uma gestão democrática se reforça, se legitima e consegue operar transformações significantes em uma realidade escolar.

Como instâncias colegiadas, temos: Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários, Grêmio Estudantil e o Conselho de Classe. Para entendermos o trabalho coletivo específico do conselho de classe, retomamos um pouco de sua origem.

## 2.2 O SURGIMENTO DO CONSELHO DE CLASSE

Quando tratamos da origem do Conselho de Classe, temos como referência o trabalho de Any Dutra Coelho da Rocha (1986). A autora descreve que o conceito de Conselho de Classe no Brasil surgiu com a visita de um grupo de educadores do Rio de Janeiro ao Instituto de Pesquisas Educacionais de Sèvres, na França, em 1958. O grupo era composto por três orientadoras educacionais e sete professoras que foram estudar classes experimentais, existentes no ensino francês desde 1945, onde se desenvolviam inovações com o objetivo de democratizar o ensino.

O Conselho de Classe era parte de um sistema de Conselhos de Observação, um instrumento para observar a turma a fim de “oferecer a cada um o ensino que corresponda a seus gostos e aptidões” (Institut de Recherche ET Documentation Pédagogiques – INRP – pg 31) apud Rocha (1986, p. 19). Dentro deste sistema, existiam o Conselho de Classe, que tinha como objetivo analisar a



turma; o Conselho de orientação, referente ao estabelecimento de ensino e finalmente o Conselho Departamental de Orientação, de tinha uma atuação mais ampla.

O Conselho de Classe ali existente era composto por: diretor do estabelecimento, professores da turma, inspetor geral, médico, assistente social, conselheiro de orientação, dois representantes de pais de alunos e dois alunos eleitos pela própria turma. Esta configuração apresenta uma coletividade daqueles que fazem parte do processo educativo, reunindo-se em sistema de colaboração. O objetivo do Conselho de Classe era elaborar pareceres referentes aos alunos e encaminhá-los ao Conselho de Orientação, já este tinha o objetivo de repassar às famílias os pareceres e também orientar o encaminhamento do aluno aos diferentes tipos de ensino francês, o ensino clássico ou o moderno e técnico, de acordo com as aptidões apresentadas pelos estudantes.

O grupo de educadores brasileiros trouxe o conceito de Conselho de Classe para aplicá-lo a uma experiência considerada pioneira no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Cap). A autora destaca que “a experiência revestiu-se de êxito tendo sido realizada plenamente, inclusive contando com financiamento do MEC.” (Rocha, 1986, p. 18). O Colégio de Aplicação passa a ser identificado como referência para aqueles estabelecimentos que gostariam de implementar experiência semelhante, uma ferramenta coletiva de avaliação da aprendizagem dos alunos. Já Dalben (2006) destaca um crescente interesse das escolas a partir da década de setenta, com a promulgação da Lei nº 5692/71, que versava em seu artigo segundo, parágrafo único:

A organização administrativa, didática, e disciplinar de cada estabelecimento de ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de normas fixadas pelo respectivo conselho de Educação. (BRASIL, Lei nº 5692, 1971)

Surgiram então muitos pedidos de esclarecimento e auxílio aos Conselhos de Educação, pois a lei deixava “em aberto” questões em sua administração e em aspectos pedagógicos do ensino. Desta maneira, através de orientações e pareceres, os Conselhos Estaduais de Educação se manifestaram favoráveis à implantação de processos de trabalhos coletivos de avaliação. Assim, o Conselho de Classe passa a ser considerado órgão constituinte da escola na avaliação da

aprendizagem dos estudantes, estando eles normatizados pelos regimentos escolares.

Neste momento histórico de política autoritária, existia a busca de profissionalização do educando em prol de necessidades econômicas, o Conselho de Classe é utilizado para contínua avaliação dos alunos e orientação de sua vida profissional. Dalben (2006) destaca que esta característica do educando enquanto “indivíduo treinável”, é resultado de uma situação política educacional, onde a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), estabelece um acordo com o Ministério de Educação e Cultura (MEC) de prestar consultoria no planejamento do ensino ao MEC e secretarias de estado, numa proposta de “modernização da sociedade” e “alinhamento geopolítico com o neocapitalismo norte-americano” (Arapiraca, 1982, p. 124 apud Dalben, 2006, p. 24). A promulgação da Lei nº 5692/71 se dá sob a influência de programas instituídos através deste acordo MEC/USAID.

A necessidade de um órgão de avaliação dentro da estrutura da escola vai se tornando cada vez mais presente e o Conselho de Classe vai sendo legitimado através dos Regimentos Escolares dos estabelecimentos de ensino.

Dalben (2006) considera que o Conselho de Classe já apresentava uma característica aglutinadora, de soma das visões fragmentadas dos diferentes profissionais, como partes de um todo que se articulam de “forma harmônica” em prol do processo educacional como um todo.

É importante lembrar que a educação brasileira já apresentava ideias pedagógicas de aspecto mais democrático desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, onde a escola era descrita como um local a ser reorganizada como um “mundo natural e social embrionário, um ambiente dinâmico em íntima conexão com a região e a comunidade.” (MANIFESTO, 1932,p. 50), aspectos que valorizam a interação da escola e de seu trabalho com a comunidade onde está inserida e suas características específicas. Àquela época já defendiam o ideal de que era preciso se “fazer homens, antes de fazer instrumentos de produção” e o ambiente escolar deveria deixar de ser formal e rígido e sim se integrar com o meio social para assim ser capaz de alcançar êxito no desenvolvimento humano e social.

Já num momento de maior democratização brasileira, com a Constituição Federal de 1988 e a promulgação de LDB de 1996, os espaços colegiados ganham mais força, em função de uma perspectiva de “fortalecimento da função social da escola por meio de um trabalho coletivo” como afirma Veiga (2007), trabalho este que deve contemplar todos os segmentos da comunidade escolar e que esta assuma um papel ativo, de cointerlocutora, superando o aspecto meramente fiscalizador.

Conforme o artigo 14º, devem ser seguidos os princípios da participação dos profissionais da educação, garantida na elaboração do projeto pedagógico da escola e da comunidade em conselhos ou equivalentes. Isto passa a demandar das escolas uma readequação dos seus espaços de discussão e tomada de decisão.

### 2.3 CONSELHO DE CLASSE COMO INSTANCIA COLEGIADA

O Conselho de Classe enquanto instância colegiada é formalizado através dos Regimentos Escolares. Temos o Projeto Político Pedagógico, que é o documento que norteia o trabalho pedagógico da escola e o Regimento Escolar que estrutura, define, regula e normatiza as ações do coletivo escolar. De acordo com material de apoio às escolas, caderno de subsídios para a elaboração de Regimento Escolar SEED/PR, é no Regimento que estão identificadas as tomadas de posição política, teórica e ideológica do coletivo da comunidade escolar. Apresenta em sua seção IV, sobre o Conselho de Classe:

O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político Pedagógico da escola e no Regimento Escolar, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem. (SEED/PR, 2010, p.25)

Tem a finalidade de, após analisar, intervir no processo ensino aprendizagem e verificar se objetivos do Projeto Político Pedagógico estão sendo cumpridos de forma adequada (lembrando que a sua construção deve ser coletiva). O documento rege ainda no seu quarto artigo que todos os envolvidos no processo educativo devem discutir de forma coletiva, pois é espaço de reflexão pedagógica. É identificado como parte constituinte da organização do trabalho pedagógico,

juntamente com Conselho Escolar, equipe de direção, órgãos colegiados de representação da comunidade escolar, equipe docente, equipe dos Funcionários que atuam nas Áreas de Administração Escolar e Operação de Multimeios Escolares e Equipe dos Funcionários que atuam nas Áreas de Manutenção de Infraestrutura Escolar e Preservação do Meio Ambiente, Alimentação Escolar e Interação com o Educando.

Com relação a sua composição, no Caderno de Subsídios é apresentado:

O Conselho de Classe é constituído pelo (a) diretor (a) e/ou diretor (a) auxiliar, pela equipe pedagógica, por todos os docentes e os alunos representantes que atuam numa mesma turma e/ou série e os alunos representantes de turmas, por meio de:

- I. Pré-Conselho de Classe com toda a turma em sala de aula, sob a coordenação do professor representante de turma e/ou pelo(s) pedagogo(s);
- II. Conselho de Classe Integrado, com a participação da equipe de direção, da equipe pedagógica, da equipe docente, da representação facultativa de alunos e pais de alunos por turma e/ou série. (SEED/PR, 2010, pg.25)

Aqui podemos observar que membros natos são a direção professores e equipe pedagógica, aos alunos a participação se dá através de pré-conselho ou então em Conselho Integrado, onde a presença de pais e alunos é facultativa. Ilma Veiga (2007, p.2), analisando a seguinte afirmação de Bordignon: “A lei vem para estatuir, consolidar o já criado pela ação social instituinte”, explica que “o instituído não é para ser cristalizado, mas inovado”. Não é a existência na lei de uma gestão democrática que simplesmente torna uma gestão democrática, a lei é ferramenta que necessita de ações que viabilizem sua execução. As práticas executadas nas escolas podem contribuir para o desenvolvimento de uma gestão democrática.

Se pensarmos no objetivo do Conselho de Classe, como afirma Veiga (apud Galina, 2008, p.17):

O Conselho de Classe é uma instância contraditória. De um lado, ele se reduz em grande parte, em um mecanismo de reforço das tensões e conflitos, com vistas à manutenção da estrutura vigente, tornando-se peça-chave para o fortalecimento da fragmentação e da burocratização do processo de trabalho pedagógico. Por outro lado, o Conselho de Classe pode ser concebido como uma instância colegiada que, ao buscar a superação da organização prescritiva e burocrática, se preocupa com processos avaliativos capazes de reconfigurar o conhecimento, de rever as relações pedagógicas alternativas e contribuir para alterar a própria organização do trabalho pedagógico. (VEIGA apud GALINA, 2008, p.17)

Verificamos o aspecto contraditório do Conselho de Classe por muitas vezes destacado na literatura (Paro 1987, Dalben 2006, Rocha 1986), sendo órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa e parte constituinte da organização do trabalho pedagógico que deve ser concebido com a participação de todos os envolvidos no processo, apresenta um formato em que a discussão pode não contemplar a todos os interessados, é contraditório no “que ele é e o que deveria ser”, nas limitações que apresenta e nas possibilidades que desenvolve.

Dalben (2006) afirma que a discussão e reflexão coletiva já esta presente pela capacidade de reunir todos os professores da turma avaliada, tendo o aluno e a avaliação como foco, refletindo sobre o trabalho escolar e que é opção da escola a presença de pais ou alunos “sempre que necessário”. Sendo o Conselho de Classe “um espaço capaz de intensificar a construção de processos democráticos de gestão do projeto político pedagógico da escola” (Dalben, 2006, p. 37), onde se reflete e avalia a escola, onde as decisões definem o “clima” da escola, a política do estabelecimento, é interessante pensar que este espaço comece a se abrir a todos aqueles integrantes da comunidade escolar, já que o processo da organização do trabalho pedagógico cabe a todos. O Conselho de Classe é um espaço privilegiado de construção de consciência de participação, de diálogo, de alteridade tendo a aprendizagem como compromisso maior e a participação é indispensável no processo de construção e fortalecimento de uma postura mais democrática, que precisa ser vivenciada também na organização do trabalho escolar.

Quando se tem a abertura dos espaços de participação se promove o enfraquecimento do aspecto burocrático, já que uma coletividade implica em diferentes pontos de vista, levando a uma discussão mais ampla, diferenciada onde não se restringi interpretações e promove o fluxo de informação. Como afirma Gomes Nadal (2012, p. 202):

O conselho de classe é uma das instâncias colegiadas do trabalho pedagógico, relevante diante de um projeto democrático de escola por representar uma estrutura colegiada capaz de organizar toda a comunidade escolar, de forma participativa, em torno de concepções, objetivos e ações, contribuindo para uma atuação identitária, coerente e corresponsável.( GOMES NADAL ,2012, p. 202).

Entende-se que o princípio da gestão democrática vem a contribuir para busca de uma educação de qualidade que só é possível entendendo as

especificidades dos seus sujeitos e de sua comunidade. A abertura deste espaço leva a ampliar a reflexão sobre os processos educativos e não restringir a discussão somente para avaliação, leva a auto-reflexão sobre o próprio trabalho dos sujeitos (tanto dos profissionais como dos próprios alunos) democratiza as relações entre eles contribuindo para ações de trabalho colaborativo de melhoria na qualidade do ensino. A autora ainda afirma que “apesar de a política educacional/legislação de ensino configurar o conselho de classe como momento relevante de reflexão sobre a prática educativa” este vem historicamente sendo perpetuado como “etapa técnico-burocrática necessária à organização do trabalho”, prática esta que distancia a gestão escolar de uma perspectiva mais democrática, principalmente no que se refere ao trabalho pedagógico.

É importante ressaltar que quando se fala em abertura destes espaços de participação também se deve pensar em preparar os sujeitos para participar, disseminar informações, convidar os sujeitos a compreender o trabalho escolar, dar condições reais para que sua participação seja significativa. De outra forma torna-se um convite a aceitar decisões pré-acertadas, o que desqualifica um processo democrático. Entender que o processo de ensino-aprendizagem se dá também por meio de experiências vividas que desenvolvem no indivíduo um pensamento crítico necessário ao cidadão para atuar frente a sociedade atual.

No âmbito do Conselho de Classe, a contribuição para a democratização da gestão escolar está presente em ações como ir além de práticas excludentes como a avaliação classificatória dos alunos (aprovação /reprovação), está na realização de um diagnóstico das diversas razões que causam dificuldade na aprendizagem do aluno, é necessário que o coletivo da escola também realize uma autoavaliação das práticas ali adotadas em todo o processo educacional, reorganizando, se necessário, o trabalho pedagógico. É aspecto importante que o trabalho se efetive em uma forma capaz de garantir a participação da comunidade escolar.

Assim, aumenta a possibilidade dos sujeitos sentirem-se corresponsáveis pelo trabalho desenvolvido na escola, os aproxima do universo educacional e traz novas percepções e posicionamentos (em especial dos alunos e suas famílias) sobre o ambiente e trabalho escolar. Lembrando que o Conselho de Classe também é ferramenta de efetivação das políticas previstas no Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino, estas alinhadas a cumprir a função social da escola

junto à sociedade. Veiga (2007) reforça a ideia de abertura a participação quando afirma:

Ampliar o espaço da participação por meio do conselho de classe significa compartilhar o poder. Significa também que a avaliação está voltada para a formação humana e, quando utilizada em função da aprendizagem, é uma prática democrática. O conselho de classe participativo representa uma forma de se enfraquecer o autoritarismo da educação, uma vez que amplia espaço para que a comunidade escolar problematize, compreenda e sistematize as questões postas pela prática pedagógica, buscando, no coletivo, no interdisciplinar, no diálogo a tão almejada qualidade da educação. (VEIGA, 2007, p. 12).

Uma escola aberta ao diálogo prepara sua comunidade para refletir sobre sua condição e suas necessidades, desperta o senso crítico de alunos, pais, funcionários, torna estes personagens agentes da mudança de sua realidade, já que cabe a escola o papel de uma educação participativa. Citando Lima (2007) em sua análise sobre Paulo Freire:

A partir do momento em que as pessoas tornam-se mais conscientes, elas se sentem mais fortes e seguras em relação a seu destino e ao de outras pessoas, desencadeando, assim, uma atuação social mais efetiva, porque, para que mudanças sociais ocorram, é necessário, primeiramente, que haja mudanças internas, individuais. (LIMA, 2007, p.110)

É preciso superar práticas tradicionalmente instituídas, métodos “acomodados” que dão configuração técnica e classificatória ao conselho, reorganizar a forma de trabalho através de atitudes que inovem os processos pedagógicos e o Conselho de Classe possibilita que estas mudanças ocorram. Primeiramente num pequeno núcleo, com professores, direção, equipe pedagógica e então avançando para os outros segmentos, funcionários, alunos, pais, pois como afirma a professora PDE Alice Magalhães Leindecker (2008, p. 13). “aqueles educadores que acreditam numa educação transformadora, se comprometem e modificam as estruturas escolares, da qual o Conselho de Classe faz parte”.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo procura apurar se as escolas estaduais do Paraná, atuando numa concepção de gestão democrática, tem oportunizado a participação dos diferentes segmentos que compõe a comunidade escolar no momento do conselho de classe.

A realização do trabalho seguiu as seguintes etapas em seu desenvolvimento:

Primeiramente pesquisa bibliográfica para situar o tema.

Para trabalhar com as escolas, delimitou-se como ambiente de pesquisa uma das subdivisões de setor adotada pelo Núcleo Regional de Educação de Curitiba para a capital. O NREC subdivide a cidade em nove setores e estes se subdividem em áreas para melhor coordenar, orientar acompanhar e avaliar a execução de medidas de funcionamento de ensino das unidades escolares. O setor estudado é composto por duas áreas, com 13 bairros e 25 escolas.

Para contextualizar o estudo primeiramente foi realizada entrevista com uma pedagoga do NREC, procurando apurar as orientações em relação ao conselho de classe e sobre a participação dos segmentos.

Posteriormente, para subsidiar a coleta de dados para estudo, foi utilizada a ferramenta questionário fechado, conforme anexo 1, com o objetivo de verificar quantitativamente dados sobre quais os segmentos atualmente estão participando dos Conselhos de Classe e o entendimento dos colaboradores sobre o tema, conforme anexo.

O questionário foi submetido a um teste de aplicabilidade. Anotadas as observações, foram realizadas pequenas correções e finalizou-se a confecção do mesmo. O questionário foi aplicado em momento seguinte a uma reunião do referido setor que contou com a participação de diretores de escola. Neste momento foi possível obter a colaboração dos 13 diretores presentes no preenchimento do questionário. Foi solicitado aos estabelecimentos ausentes a colaboração em momento posterior. Como não estava prevista reunião em data próxima, o questionário foi disponibilizado em formulário eletrônico, facilitando assim a obtenção de respostas. Desta forma foram respondidos mais 08 questionários, totalizando 21. Estes últimos foram respondidos, com conhecimento das respectivas



direções, por 5 funcionários de escola (2 agentes educacionais II e 3 secretárias) e por 3 pedagogas.

O material foi reunido para tabulação e análise dos dados em sua totalidade, procurando assim identificar, no momento atual, que segmentos da comunidade escolar participam do conselho de classe, identificar a opinião dos colaboradores com relação à participação e se os estabelecimentos realizam ações em prol desta participação.

Por fim, para promover um melhor entendimento dos resultados apurados e assim refletir sobre fatores delimitam a participação e seus efeitos na gestão da escola, foi realizada entrevista com os segmentos identificados por terem menor participação.

Os seguimentos foram: alunos, funcionários e também pais de alunos.

Foi utilizada entrevista semiestruturada, deixando mais liberdade de resposta ao entrevistado e utilizando um roteiro de apoio. Os pontos principais a serem respondidos foram: se já participou de reunião de conselho de classe? A escola possibilita/disponibiliza a participação diferentes segmentos na avaliação escolar? Considera importante a participação de junto ao conselho de classe?

Foram entrevistados: 7 funcionários (de três escolas do setor pesquisado, sendo duas secretárias e cinco agentes educacionais atuando em atividades administrativas das escolas); três pais de alunos e 10 alunos (sendo cinco do ensino médio e cinco do ensino subsequente).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como afirma Paro (1987, p.52) “se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí”, modificar um sistema preso a esquemas burocráticos no âmbito do próprio trabalho escolar, vislumbrar a capacidade daqueles que ali atuam de se apropriar de conhecimento e desenvolver visão crítica com relação ao trabalho escolar. Desta maneira criam-se condições mais concretas de atuação dos diferentes segmentos junto à escola na busca de um objetivo maior que é uma educação de qualidade e que atenda os anseios da comunidade.

Primeiramente foi realizada uma entrevista com uma pedagoga lotada no NREC para esclarecimentos em relação ao processo de avaliação que leva ao conselho de classe.

A entrevistada afirma que, o conselho de classe deve estar regulamentado, de acordo com as normas de ensino, no regimento escolar; é um momento voltado para “avaliar a aprendizagem de uma turma. Tem um foco pedagógico, na resolução de problemas de aprendizagem e aproveitamento de estudos.” Com relação aos assuntos abordados em reunião de conselho de classe, “não é conveniente ficar abordando comportamento, e outros assuntos, pois se perde muito tempo. Temos que levar em conta que o tempo disponível para se realizar o conselho de classe geralmente é curto, então devemos ser objetivos”. A pedagoga destaca que dentro das escolas a questão da organização, da preparação para o conselho demanda muito tempo e, como se trata turma a turma, é necessário realizar reuniões de forma “objetiva”, sem perder muito tempo e prejudicar as reuniões seguintes. Identificamos aqui que a pedagoga se refere ao dia-a-dia das escolas, entendendo o grande volume de trabalho que se tem em todo processo pedagógico, mas ratifica um procedimento mais rápido, que incorre na diminuição da possibilidade de um maior diálogo entre as partes.

Quando perguntada sobre se assuntos como autoavaliação do trabalho dos profissionais da escola, encaminhamento pedagógico adotado pelo estabelecimento, reflexões sobre o trabalho global da escola com vistas ao melhoramento do processo de aprendizado dos educandos cabem no momento do conselho de classe, afirmou que “teoricamente até que sim, mas aí fica muito disperso. Existem outros

momentos em que se pode discutir encaminhamentos mais globais. O conselho deve focar na aprendizagem, na avaliação do aluno”. Ressalta que podem ser realizadas outras reuniões em momentos oportunos para reflexão sobre o trabalho escolar.

“Pode-se aproveitar outros momentos e realizar reuniões, por exemplo, no pré-conselho com os professores, discutir o trabalho que ele está realizando. O pré e o pós-conselho fazem parte de todo este momento de avaliação que culmina na reunião de conselho de classe. Existe toda uma preparação através de pré-conselho, com os alunos e com os professores, e o retorno do conselho é dado através de reuniões de pós-conselho, com a turma e em reunião de pais, como na entrega de boletins.” Aqui podemos identificar que a família apenas recebe o retorno do que foi discutido, mesmo que exista um questionamento, as decisões já foram feitas.

Perguntada sobre a participação de outros segmentos, se existem ações direcionadas para tal, e como vê a importância da participação de outros sujeitos no conselho de classe, destaca-se a afirmação de que “o conselho deve ter como participantes os professores da turma e pedagogas, eventualmente direção”, dos outros segmentos, seria importante a secretária para redação da ata, e os alunos participam através de pré-conselho. Com relação a outros funcionários, não vê como muito importante sua participação e os pais ainda não têm o preparo para estar presente num momento de discussão como o conselho: “estamos muito distantes de alcançar um perfil de conselho de classe mais participativo”.

Comenta ainda que, para que isto se realize, demanda muito tempo e preparação tanto da escola para receber os outros sujeitos como destes próprios, em entender o processo que ocorre no conselho e de como poderiam participar.

Observa-se que apesar de compreender que existe uma demanda por uma gestão mais democrática dos espaços escolares, a profissional justifica uma prática de não abertura justamente na falta de preparo e de tempo para se pensar em uma nova prática. Ora, se não começarmos a pensar e a realizar ações, mesmo que pequenas, de esclarecimento aos segmentos, preparar os profissionais da escola, então disseminar para a comunidade escolar como um todo, a mudança não se realiza.

Com esta contextualização, foi passado para a aplicação do questionário (anexo1), respondido por 13 diretores, por 5 funcionários de escola (2 agentes educacionais II e 3 secretárias) e por 3 pedagogas, totalizando 21 questionários.

O objetivo, através da análise de dados obtidos por meio de questionário nesta amostra de escolas estaduais de Curitiba, foi identificar que segmentos da comunidade escolar participam atualmente do conselho de classe, se identificam como relevante a participação ampliada e se as escolas realizam ações em prol desta ampliação.

Tabela 1 - Com que frequência os seguintes membros participam do Conselho de Classe?					
Possíveis participantes					Total
	Sempre	Frequentemente	Raramente	Nunca	
Direção	19	2	0	0	21
Todos os professores da turma avaliada	17	4	0	0	21
Equipe pedagógica	21	0	0	0	21
Secretário (a)	10	7	4	0	21
Pessoal técnico administrativo	2	8	6	5	21
Representante do alunos	1	2	7	11	21
Representante dos pais	0	0	9	12	21
Fonte: A autora (2016)					

Verificando a configuração apresentada pelos vinte e um estabelecimentos de ensino no momento do Conselho de Classe, observa-se que a formação colocada no documento da SEED – Caderno de Subsídios, direção, equipe pedagógica, professores, é contemplada em maior parte das escolas. Podemos observar que a direção, todos os professores da turma avaliada e secretário (a) é colocada pelas escolas como frequentemente participantes. Isto nos leva a identificar a existência de momentos em que não é possível todos estarem presentes. Não podemos identificar aqui os motivos, mas verificamos que existem discussões de Conselho de Classe realizadas sem a totalidade dos professores, sem a presença de direção, secretário (a), além dos outros segmentos. Este fator prejudica uma discussão coletiva sobre o trabalho ali desenvolvido. Destaca-se

também a participação total da equipe pedagógica, refletindo sua responsabilidade junto ao processo de avaliação e condução da reunião do conselho. Com relação aos outros sujeitos, existe uma maior incidência de não participação (raramente/nunca), com destaque para a questão dos alunos, onde em 11 estabelecimentos, de um total de 21, não foi configurada participação. Em tempo, a participação dos alunos colocada como sempre e frequente se dá através de pré-conselho e não propriamente a reunião do conselho, conforme resposta a última questão do questionário.

Partimos então para a observação sobre quais assuntos costumam ser abortados nas reuniões de conselho.

Tabela 2 - Com que frequência estes assuntos são discutidos no Conselho de Classe?					
Assuntos discutidos					Total
	Sempre	Frequentemente	Raramente	Nunca	
Aproveitamento escolar/ notas	21	0	0	0	21
Comportamento dos alunos	15	6	0	0	21
Recuperação de estudos	20	1	0	0	21
Informações sobre vida pessoal do aluno	6	13	2	0	21
Autoavaliação do trabalho escolar (metodologia, domínio de conteúdo, etc)	11	6	3	1	21
Avaliação do encaminhamento pedagógico do estabelecimento	10	11	0	0	21
Desenvolvimento de ações para o estabelecimento de ensino	10	11	0	0	21
Outros (assuntos diversos)	4	6	11	0	21
Fonte: A autora (2016)					

Observa-se que com relação aos assuntos discutidos no conselho de classe, a maioria dos estabelecimentos discute a maior parte dos itens, deixando de fora “outros” assuntos diversos. Cruzando esta informação com a entrevista realizada com pedagoga representante do NREC, observamos que o comportamento e a vida pessoal do aluno é assunto frequentemente abordado no conselho, informação em desacordo com a opinião da pedagoga, quando esta afirma que: “não é conveniente ficar abordando comportamento, e outros assuntos, pois se perde muito tempo”.

Porém, informações sobre a vida do aluno são essenciais para a contextualização dos mesmos, ajudando assim, na compreensão do seu aproveitamento e comportamento escolar. Também fica claro que, em maioria, os estabelecimentos procuram autoavaliação do trabalho e o desenvolvimento de ações, atendendo assim uma das funções do conselho de classe, atitudes para além da análise do aproveitamento ou apenas das notas.

Atenção ao fato de quatro estabelecimentos declararem raramente (3) e nunca (1) refletirem sobre a autoavaliação do trabalho escolar, sendo que o espaço do conselho de classe serve também para que esta reflexão seja feita. Nestes locais, o diagnóstico de eventuais problemas no processo de ensino, a inovação na metodologia, o atendimento as especificidades da comunidade atendida podem ficar prejudicados justamente pela falta de análise do trabalho escolar como um todo. Não se desenvolve uma visão crítica sobre o trabalho, o que dificulta um processo de avanço no ensino e na aprendizagem dos alunos ali atendidos.

A princípio, as escolas pesquisadas apresentam em maioria, um encaminhamento no conselho de classe de acordo com a promoção de reflexões e melhoramentos do processo de ensino e aprendizagem. Talvez o próximo passo seja justamente a ampliação para todos os segmentos das reflexões e ações com relação ao desenvolvimento do trabalho escolar.

Tabela 3 - Numa perspectiva de gestão mais democrática dos espaços escolares, você avalia que o Conselho de Classe também pode ser uma instância de participação dos diferentes membros da comunidade escolar?			
Avaliação	Respostas		
Certamente		8	
Possivelmente		8	
Não necessariamente		5	
Nunca		0	
Total Geral		21	
Fonte: A autora (2016)			

Podemos observar que na maioria das escolas pesquisadas, o respondente identifica a participação dos diferentes membros da comunidade escolar no Conselho de Classe como uma forma de democratização da gestão do ambiente

escolar. Um total aproximado de 76% entre aqueles que responderam “certamente” e “possivelmente”. Apenas cinco declararam não acreditar no potencial democrático da participação dos diferentes membros da comunidade escolar no conselho de classe, representando aproximadamente 24 %. Aqui, destaca-se um aspecto contraditório, já que a maioria identifica a possibilidade do Conselho de Classe como uma instância de participação dos diferentes membros da comunidade escolar, mas isto não é praticado no dia-a-dia escolar. A democratização deste espaço acontece para alguns segmentos, excluindo-se ainda outros atores importantes, como os alunos. Se observarmos a Tabela 1, verificamos que em grande maioria, os estabelecimentos têm realizado as reuniões de conselho de classe com os membros colocados como não opcionais no Caderno de Subsídios da Secretaria de Educação do Paraná (direção, professores, pedagogos). Já quando observamos os outros membros, a partir do secretário, a presença vai diminuindo, até chegarmos à colocação de raramente ou nunca participam que se dá em maioria com os alunos e os pais. A opinião avaliada pela Tabela 3 indica uma tendência de um pensamento voltado para uma gestão mais aberta e participativa, mas ainda carece de ações que práticas, que realmente integrem a comunidade junto ao desenvolvimento do trabalho escolar e da avaliação deste.

Portanto, foi questionado sobre que ações as escolas desenvolvem.

Tabela 4 - O estabelecimento de ensino no qual você trabalha realiza ações em prol de uma maior interação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar ( professores, alunos, pais, funcionários) junto ao Conselho de Classe?			
Avaliação	Respostas		
Sempre		7	
Frequentemente		5	
Raramente		5	
Nunca		4	
Total Geral		21	
Fonte: A autora (2016)			

Podemos observar que a maioria das escolas, declara realizar algum tipo de ação que promove interação entre os segmentos junto ao conselho de classe. Doze estabelecimentos, sendo que sete “sempre” realizam e cinco “frequentemente”, totalizando aproximadamente 57%. Porém, observa-se também uma quantidade

significativa de estabelecimentos que declaram “raramente” (cinco) e “nunca” (quatro), totalizando nove escolas, ou 43% das escolas pesquisadas que não promovem ações de integração entre segmentos.

Verificando o quadro de respostas, no momento de tabulação dos dados para a pesquisa, observou-se que três das escolas que responderam “não necessariamente” a pergunta anterior (Numa perspectiva de gestão mais democrática dos espaços escolares, você avalia que o Conselho de Classe também pode ser uma instância de participação dos diferentes Membros da comunidade escolar?), responderam que “nunca” realizam ações de interação, caracterizando que no momento atual não acreditam nas perspectivas de reflexão e construção de propostas com uma maior participação de segmentos em conselho de classe.

Para complementar as respostas da Tabela 4, foi perguntado quais ações estes estabelecimentos vêm realizando em prol de uma maior interação entre os diferentes segmentos da comunidade escola (professores, alunos, pais, funcionários) junto ao Conselho de Classe. Foram obtidas as seguintes respostas:

*“Convite através dos alunos. Recados verbais e convocações.”*

*“Desenvolvemos uma proposta de conselho de classe participativo, contando com a participação de todos os segmentos.”*

*“DEBATES, REUNIÕES, REFLEXÕES”*

*“Reuniões com pais para dar um retorno sobre as questões levantadas no conselho. Discussões com os alunos sobre os assuntos e os problemas levantados.”*

*“Partilhar as informações entre os demais segmentos”*

*“Com reuniões periódicas”*

*“Reuniões com os segmentos antes do conselho e no pós-conselho”*

*“Assembleias de pais, reunião com segmentos através de conselho escolar, APMF”*

*“Participação dos alunos através de pré-conselho”*

Observam-se algumas ações junto aos alunos, identificando a importância de sua participação através de pré-conselho e com outros segmentos através de reuniões, tanto antes do conselho como após. São iniciativas que podem ser consideradas válidas, principalmente se caracterizarem um caminho para a



realização de uma integração plena entre os diferentes sujeitos do processo de aprendizagem, democratizando assim, também a discussão sobre a avaliação da aprendizagem e o trabalho pedagógico realizado no estabelecimento de ensino. Inclusive um dos estabelecimentos declara estar “desenvolvendo uma proposta” de conselho participativo, o que reflete uma consciência em relação a abertura dos espaços, e que a proposta requer todo um processo de preparação.

Porém vale destacar que se incorre no aspecto contraditório do Conselho de Classe quando apenas se “repassa a informação”, realizam-se reuniões onde são informadas as decisões e encaminhamentos tomados, isto reflete o Conselho como uma prática burocrática que não acolhe os outros, não os chama para a discussão. Torna-se autoritário no que diz respeito a apenas comunicar as decisões. É importante que ao se ampliar a comunicação também se trabalhe para estabelecer canais que promovam o sentimento de integração e motive os sujeitos a assumir sua parte de responsabilidade no processo educacional e assim trabalhar, em coletivo, na busca por medidas em sintonia com as necessidades da comunidade escolar.

#### 4.1 PARTICIPAÇÃO, POSSIBILIDADE DE COLABORAÇÃO.

Quando abordada aqui, a abertura de espaço para a manifestação dos diferentes atores do ambiente escolar junto ao Conselho de Classe é vista como uma ação colaborativa e agregadora de valores ao processo pedagógico, onde se repensa a cultura escolar através de uma discussão coletiva. É grande o potencial de geração de ideias, sendo também importante oportunidade de melhorar os relacionamentos entre os diferentes sujeitos, sempre privilegiando o processo de ensino. Assim, a sociedade desenvolve-se através da construção de cidadãos conscientes de seu papel social. É a escola cumprindo sua função.

Mas, e como pensam aqueles que ainda não estão presentes ativamente junto as discussões de conselho de classe? Para promover um melhor entendimento dos resultados apurados e refletir sobre fatores delimitam a participação e seus efeitos na gestão da escola, foi realizada entrevista com os segmentos identificados por terem menor participação no momento do Conselho de Classe. Os segmentos foram: alunos, funcionários e também pais de alunos.

No caso dos funcionários de escola, a participação da secretária é citada por muitos como redatora da ata de Conselho de Classe, não reconhecendo a possibilidade de alguma contribuição no processo de avaliação coletiva do trabalho escolar.

Questionada sobre a importância da participação deste segmento em reuniões de Conselho de Classe, uma secretária de escola afirma que “os funcionários já há muito tempo são educadores”, tem conhecimento sobre situações de alunos que podem contribuir na determinação de ações propostas para melhorar o ensino. Acredita que “todos devem tomar conhecimento do funcionamento da escola” e fortalecer as relações entre equipe escolar, alunos e pais.

Outra funcionária entrevistada afirma que, a contribuição se dá trazendo do seu campo de trabalho (no caso do trabalho administrativo), informações pertinentes para contribuir com o trabalho pedagógico, com a ideia de somar junto às reflexões realizadas durante as reuniões de Conselho de Classe. Argumenta que: “como as reuniões do Conselho de Classe são importantíssimas para a organização do trabalho pedagógico do estabelecimento de ensino, acredito que todas as participações são necessárias e que vão direcionar e estabelecer as estratégias utilizadas no decorrer de cada bimestre, possibilitando atingir as metas propostas por cada escola, junto ao desenvolvimento educacional dos seus alunos”. Estas afirmações ilustram que o funcionário enquanto educador tem importante papel no trabalho escolar como um todo, que apesar de realizar atividades específicas, estas não podem estar desvinculadas do conjunto, e devem sim estar em sintonia com o encaminhamento adotado pela escola, reforçando a identidade da escola e contribuindo para o bom andamento do ensino.

Ainda, questionados alguns funcionários afirmam sobre uma participação ativa do (a) secretário (a):

“Devido ao seu papel dentro da escola como responsável por toda documentação emitida e também para tornar o trabalho da secretaria diretamente ligado ao trabalho pedagógico.”

“Em teoria o secretário deve conhecer todos os meandros da escola, a vida escolar do aluno.”

“Cada segmento da escola tem um olhar diferenciado sobre o dia-a-dia desse ambiente. A (o) secretária (o) costuma ter apenas a tarefa de registrar o que é

dito no conselho, ignorando-se conhecimentos próprios de sua área como: dados estatísticos, matrizes curriculares, comportamento do aluno extraclasse, quadro de saúde registrado em ficha própria.”

Identificam aqui a importância do secretário em integrar o papel administrativo de registro das informações juntamente aos outros membros da escola.

Com relação à participação dos próprios funcionários, afirmam ser parte importante para o andamento escolar e o secretário tem em sua participação, se ativa, representação deste segmento. Ainda:

“Não vejo necessidade (da participação de funcionários) uma vez que o secretário esteja presente. Os funcionários podem exercer o trabalho mais técnico e direcionado pela coordenação do secretário.”

“Apesar de não estarmos ligados diretamente ao aluno em sala de aula, participamos ativamente também de seu dia-a-dia dentro da escola.”

“Funcionários administrativos, inspetores, merendeiras costumam atuar além do que se espera, pois também são educadores dentro do espaço escolar. Há problemas que são notados por estes profissionais até antes das famílias, pelo fato do aluno estar fora da sala de aula de forma mais “livre”.

Mas nem todos acreditam que podem contribuir, justamente por não estarem preparados, como afirma uma funcionária, alegando ter participado de Conselho de Classe “contra sua vontade” e que “se o funcionário for bem capacitado a sua contribuição é significativa”. A entrevistada coloca a participação vinculada a uma prévia capacitação, necessária para o entendimento da importância da participação e que assim, esta possa ser realizada de uma forma realmente transformadora e ativa.

É possível observar que a interação se dá através do despertar nos sujeitos o sentimento de pertencimento, de identificação com o objetivo do trabalho ali desenvolvido e com o despertar pela busca do conhecimento. E no caso dos trabalhadores da educação, essa identificação deveria ser favorecida por estarem dentro do ambiente escolar trabalhando para desenvolver a função social da escola.

Os funcionários entrevistados também reconhecem que a presença dos alunos democratiza o espaço do Conselho de Classe, porém identificam as restrições desta participação como: questão da idade e entendimento do processo

de avaliação e aprendizagem, que a participação se dê através do representante, identificado como um aluno mais “responsável” devido importância das informações debatidas no conselho. Destacam também que é uma forma de se verificar “o lado do aluno” com relação ao processo pedagógico adotado.

“Acho uma boa iniciativa, desde que seja um aluno escolhido e responsável. Dessa forma o conselho se tornaria mais democrático. Poderia ser verificado também o lado dos alunos.”

“ainda não presenciei esta participação, mas só vejo pontos positivos, desde a contribuição feita pelo olhar do aluno, quanto a democratização do espaço. Talvez ainda haja uma grande resistência por parte do corpo docente a esta abertura.”

Em entrevista realizada com os pais de alunos, estes afirmam que acompanham e também participam da “vida escolar” do filho, mas costumam frequentar a escola quando convocados. Uma mãe afirmou que a escola de sua filha costuma realizar chamamento aos pais junto à escola para assuntos diversos, porém já ouviu reclamações da equipe escolar com relação à presença destes na escola. Que estes estão lá somente para “fiscalizar e não contribuir”, isto é algo que ela “não consegue compreender”.

Este fato de chamar os pais, chamar a comunidade ao ambiente escolar, mas “reclamar” de sua presença, indica que a abertura se dá de maneira formal, normatizada, uma “articulação artificial”, como identifica Dalben (2006), e que a equipe (ou parte dela) deste estabelecimento não está consciente da escola enquanto espaço de organização social que deve trabalhar com o coletivo dos seus sujeitos, o que inclui acolher e orientar as famílias dos alunos.

Alguns funcionários também afirmam, com relação à participação dos pais, que fatores como: tempo, conhecimento, confronto de ideias são importantes obstáculos a efetivação da participação, o que nos leva a refletir e avaliar que a presença da família no acompanhamento da vida escolar do aluno enfrenta entraves não só na questão do preparo e conhecimento sobre o trabalho escolar, mas também dificuldades de aspectos sociais e econômicos da vida moderna, muitas vezes pautada por uma sobrecarga de trabalho, dificuldades de locomoção, baixa remuneração, fatores complexos que influenciam sobre um distanciamento da família com a escola. Estas questões já são alvo de análise há muito tempo na

literatura, tanto que Vitor Paro (1987, p. 51) afirma acreditar que deveria ser instituído um “dispositivo constitucional que facilite a participação dos pais na vida da escola, através da progressiva isenção de horas de trabalho nas empresas.”.

Já, quando perguntado aos pais o que sabem sobre o Conselho de Classe, se obteve respostas como estas:

*“é um momento único de avaliação”*

*“é onde professores e equipe pedagógica discutem resultados obtidos no bimestre”*

*“para saber se ele merece ou não ser aprovado ou reprovado”*

Reitera-se, portanto, a afirmação da pedagoga do NREC que estão ainda muito distantes de alcançar um perfil de conselho de classe mais participativo, em decorrência de falta de ações de esclarecimento, de democratizar as informações e formar uma comunidade mais consciente de seus direitos e também deveres. Este processo começa justamente na escola.

Com relação a participar de reuniões de conselho de classe, os pais afirmam ainda ser um ambiente dedicado ao professor, que sua presença poderia causar “interferência”, e se identificam como não habilitados para tal.

Uma mãe destaca que se existisse um curso “ofertado pelo estado” para capacitação dos pais estes sim poderiam exercer uma participação mais “qualificada” junto ao ambiente e ao trabalho escolar.

Mesmo um entrevistado que afirma frequentar o colégio de seu filho em momentos diversos, mesmo quando não convocado, reitera que os responsáveis ainda estão muito distantes da vida escolar de seus filhos. Este distanciamento não promove a interação necessária, o conhecimento e a divisão de responsabilidades em relação à educação dos filhos, prejudicando a formação de ideias mais democráticas na gestão do ambiente escolar como um todo, inclusive na avaliação tanto dos alunos como do estabelecimento de ensino.

Outro apontamento de um pai que vale destacar, é sobre a importância da maior participação dos pais junto ao desenvolvimento do trabalho escolar. Identifica que a grande maioria é omissa, mas também que as escolas dão “pouca importância para a opinião dos pais, prevalecendo quase sempre a opinião do diretor e da parte pedagógica”.

Ora, se num determinado estabelecimento escolar acaba prevalecendo a “opinião” de uma parte, sem que exista discussão com outras partes, podemos imaginar que a gestão democrática ali vivenciada é meramente formal, daquelas onde os segmentos são apenas comunicados das ações e não participam da construção coletiva das mesmas.

Isto reflete em todas as áreas do trabalho escolar e influencia a forma como a avaliação do trabalho pedagógico e do ensino aprendizagem dos alunos é realizada, cerceando novas atitudes e possíveis mudanças de acordo com os anseios da comunidade daquela escola.

Fica evidente que avançar para um momento em que representantes dos pais participem ativamente de Conselho de Classe ainda é um objetivo distante e que necessita de muito empenho e preparo por parte da escola e de consciência e comprometimento por parte dos pais e responsáveis.

Já, por parte dos alunos, identificamos através do questionário aplicado às escolas que atualmente a participação se dá através de pré-conselho, conforme descrito no caderno de subsídios para a elaboração de Regimento Escolar SEED/PR.

O Conselho de Classe pode ser uma ferramenta garantidora do aperfeiçoamento do processo avaliativo quando supera a posição passiva de avaliados dos alunos para participantes do debate.

Em um olhar mais específico feito ao procedimento de uma escola estadual de Curitiba, observa-se que o pré-conselho é realizado sob a forma de uma reunião da pedagoga responsável e professor representante com a turma analisada. Resumindo, são levantados, pelos alunos, pontos positivos e negativos com relação ao encaminhamento pedagógico das aulas, em relação ao ambiente da turma, comportamento e até mesmo aspecto físico da sala de aula.

Num segundo momento a pedagoga responsável se reúne individualmente com professores da turma e também levanta os pontos importantes. Após, os dados são reunidos em um documento que apresenta os destaques dos alunos e também dos professores. As informações são debatidas no conselho, onde também são traçados planos de ação entre os docentes para a turma analisada.

Após o conselho, os alunos têm o retorno através da pedagoga ou professor representante em reunião de pós-conselho. Este método é a representação da

participação dos alunos no Conselho de Classe, sendo já um ganho poder levar seus anseios para a análise da reunião.

O que pode ser apontado como fator de risco é justamente a ausência de um contraponto dos alunos perante uma discussão que venha a surgir e que não esteja contemplada nos apontamentos dos alunos. Isto pode implicar em um estreitamento das possibilidades de debate e soluções para as temáticas.

Também temos a questão dos filtros presentes no processo (como os dados são reunidos e colocados no conselho). Dependendo da configuração da forma de trabalho, filtrar a informação e formatá-la de uma forma pode ser necessário, para adequação e clareza, como também pode ser um fator de exclusão e perpetuação de certos procedimentos. Entende-se que a presença de um representante daria legitimidade e possibilidade de debate na reunião.

Estas variáveis fazem com que o Conselho de Classe seja reconhecido como contraditório, conforme afirmam Paro(1987), Dalben (2006), Rocha (1986). É oportunidade de debate e construção coletiva de ações como também pode ser fator de legitimação de ações excludentes.

Já os alunos, em entrevista realizada em escola estadual de Curitiba, quando questionados sobre a importância de sua presença nas discussões sobre o trabalho escolar (em especial no Conselho de Classe), alguns destes alunos já conseguem identificar a importância de sua participação, mesmo que em pré-conselho e também já identificam a possibilidade de atuar junto ao Conselho de Classe, como afirma um representante de classe do Ensino Médio: “Achamos que se essas discussões forem feitas com organização e participação de todos, acho que é possível para acrescentar em melhorias dentro da sala de aula”.

Outra aluna afirma ainda que “os alunos tem que ajudar a desenvolver um estabelecimento de ensino mais evoluído”, identificando aqui sua responsabilidade na contribuição para a melhoria do ensino. Foi destacado também que essa participação traz a possibilidade de mudanças significativas no ambiente escolar, tornando a escola “um lugar melhor e de agrado a todos os alunos”.

Com relação ao pré-conselho, os alunos descrevem como uma oportunidade de “dar sua opinião” sobre a escola, “sobre os professores, métodos de ensino”, é uma ferramenta para dar voz aos anseios destes estudantes e tentar solucionar possíveis conflitos ou problemas com relação a aprendizagem.

Vale destacar que mesmo com a utilização do pré-conselho alguns alunos ainda não visualizam sua importância e possibilidade de mudanças, por considerarem que muitos não “sabem se autoavaliar”, portanto, não estariam aptos a avaliar o trabalho escolar.

Importante também relatar alguns apontamentos feitos por outro pequeno grupo de alunos, que revelam não compreender como se dá um processo coletivo de avaliação e organização do trabalho escolar, com a abertura a outros segmentos, a presença do aluno foi defendida para “saber o que os professores falam sobre nós, receber informação sobre tudo”; mas outros segmentos fora professores não tiveram destaque. A justificativa apresentada repetidamente foi que “não estão presentes em sala de aula”. Aqui se observa como o conceito de conselho de classe está ligado a mera apuração de resultado, onde se perde o valor do processo de ensino e aprendizagem como algo mais complexo e o liga a um momento que os sentencia (aprovado ou reprovado) e já que este sujeito não está presente em sala, não leciona matéria, não tem contribuição na avaliação de uma nota tirada pelo aluno.

Observa-se que se trabalhado desde cedo a identificação do aluno como parte integrante do todo, que tem responsabilidades junto ao desenvolvimento do trabalho escolar, assim como os outros sujeitos da comunidade escolar, este evolui num pensamento crítico, expande sua visão enquanto sujeito ativo e agente de mudanças, desenvolve o senso de cidadania, estando apto a atuar mais significativamente em sua escola e na sociedade.

#### 4.2 DIFICULDADES A SEREM SUPERADAS

Observando o encaminhamento das discussões, destaca-se que estamos num processo de democratização em curso, atualmente enfrentamos obstáculos significativos na ampliação da participação e também na conscientização dos sujeitos.

Primeiramente, dentro do ambiente escolar temos a questão da organização da forma de trabalho realizada por cada escola, produto de uma “identidade” de trabalho geralmente muito ligada ao perfil da direção escolar. Como já citado anteriormente, a legislação (Constituição Federal de 1988 e Lei 9394/96) rege que a gestão escolar seja realizada de forma democrática e que a construção do Projeto



Político Pedagógico deve ser realizada de forma coletiva, o que garantiria a representação dos diferentes pensamentos de toda comunidade escolar, após serem discutidos e encaminhados de comum acordo em prol da educação.

Porém, mesmo com aspectos garantidores de coletividade, observam-se documentos criados no dia-a-dia escolar com um mínimo de participação da comunidade, assim, o que se esperar de uma ampliação da participação nos conselhos de classe?

O aspecto das relações sociais dentro do ambiente escolar é fator decisivo na organização da forma de trabalho. Existe uma estrutura burocrática que deve ser respeitada, sendo o diretor o gestor da unidade escolar e do trabalho ali desenvolvido, mas devemos lembrar que o órgão máximo de uma escola é o Conselho Escolar, conforme consta no Caderno de Subsídios para a Elaboração do Regimento Escolar (SEED – PR, 2010, p21) e não a figura do diretor.

Uma estrutura autoritária, hierárquica, com aspecto muito verticalizado de poder (centralizado), por exemplo: direção -> equipe pedagógica -> professores-> funcionários, traz prejuízo a aspectos mais democráticos de relações como o diálogo, a alteridade, o trabalho coletivo e também gera a segmentação do trabalho dentro de um estabelecimento. É necessária uma “reorganização da autoridade no interior da escola”, como ressalta Paro (1987, p.52).

É claro que cada segmento desenvolve ações específicas relacionadas com sua função determinada, mas todos os trabalhos realizados no ambiente escolar devem estar conectados e são necessários ao bom desenvolvimento da ação educacional. A secretaria escolar é responsável pela documentação tanto da escola (vida legal, reconhecimento de cursos, processos de renovação, etc.) como dos que ali trabalham (setor de recursos humanos, ficha funcional, suprimentos, substituições, etc.) como também daqueles que ali estudam (cadastros de matrícula, renovações transferência, histórico escolar, etc.). Mas é responsável também por compartilhar as devidas informações com os respectivos setores.

O trabalho de cada um gera impacto no trabalho do outro, portanto deve ser desenvolvido para um objetivo comum dentro de cada especificidade. Vitor Paro (1998) reforça a ideia de que todas as atividades realizadas em uma unidade escolar, quando relacionadas à educação, “devem estar impregnadas pelos fins da educação”. (Paro,1998, p. 4). Uma equipe pedagógica desenvolve melhor seu

trabalho, munida de informações fornecidas pela secretaria, que por sua vez também depende do trabalho da equipe pedagógica na atualização de situações de alunos. Os professores dependem do trabalho tanto dos funcionários como da equipe pedagógica para realizar suas aulas e também colaboram com o trabalho destes fornecendo informações e alimentando dados sobre alunos.

A coordenação desse trabalho cabe à direção escolar, é ela que vai dando forma ao desenvolvimento das ações, mediando conflitos e promovendo ou não, meios de interação e compartilhamento de informações dentro da unidade escolar, e consequentemente na relação da equipe com os alunos, pais e comunidade.

Quando se tem uma direção mais centralizadora, que legitima certa hierarquia, o trabalho pode incorrer meramente nos quesitos burocráticos, no cumprimento das ações necessárias ao andamento escolar, mas sem a reflexão sobre outros olhares no desenvolvimento do trabalho, tanto administrativo como pedagógico. Leindecker (2009) reforça que:

Através do diálogo, as pessoas se auxiliam para agir de forma coerente e inovadora, construindo coletivamente soluções, visando a alcançar maior sucesso educacional e consequentemente transformação dos envolvidos no processo. (LEINDECKER, 2009. p.5)

Assim, com um mínimo de discussão e diálogo entre as partes, o trabalho torna-se mecânico, e os sujeitos podem simplesmente “cumprir uma função”, sem vislumbrar possibilidades de contribuição para melhorar tanto o ambiente de trabalho, como as relações sociais e refletir na melhora do processo de ensino.

Temos então a questão da superação de interesses individualistas dos sujeitos em prol da promoção de ações mais democráticas junto ao grupo. Como afirma a Oliveira (2008, p.2), a escola é “concebida como um espaço de organização das relações sociais entre os indivíduos dos diferentes segmentos”. A centralização de poderes, da tomada de decisões na mão de um sujeito ou de um grupo desqualifica a participação dos outros, tornando os espaços de debate coletivo em atos burocratizados com decisões previamente acertadas. Este quadro acaba por não atender uma proposta pedagógica que atenda a comunidade escolar como um todo.

No âmbito do Conselho de Classe, a superação dos obstáculos acima citados significa estar ciente e aberto a possíveis críticas em relação ao trabalho

desenvolvido; dar um encaminhamento diferente do trabalho. Significa dar oportunidade para o surgimento de discussões sobre temas considerados controversos, mas que fazem parte da realidade escolar e, se apresentados, precisam ser abordados e não suprimidos como se não existissem. Significa também encara os outros como sujeitos ativos no dia-a-dia escolar, que atuam e transformam essa realidade. Participar é também partilhar o poder de decisão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão democrática é colocada para a escola, através dos espaços de participação, como forma de descentralização do poder de decisão e do exercício da cidadania, como uma forma de se buscar uma qualidade diferenciada, que é capaz de suprir os anseios daquela sociedade, os interesses coletivos (e não a busca por interesses de âmbito particular) do meio social e as práticas democráticas que o regem.

Significa estabelecer novos processos de gestão e de organização do trabalho escolar como um todo, abrangendo tanto o administrativo como o pedagógico. Pensar uma gestão democrática escolar é compreender a escola como um espaço de diferenças, com pessoas de diferentes conhecimentos e formação, distintas entre si. É necessário compreender este ambiente e trabalhar o diálogo, a liberdade de expressão, o respeito ao outro, visando a possibilidade de construção de um plano coletivo de ação, com decisões compartilhadas em prol do processo de ensino. É tomar posição a favor da construção de um aprendizado político, de construção de novas formas de organização, com base na distribuição do poder de decisão através de participação ativa dos sujeitos, que combata o clientelismo, a acomodação e a centralização.

Quando abordada aqui, a abertura de espaço para a manifestação dos diferentes atores do ambiente escolar junto ao Conselho de Classe é vista como uma ação colaborativa e agregadora de valores ao processo pedagógico onde se repensa a cultura escolar. Com característica de espaço articulador entre os profissionais. Um espaço onde se avalia (e também autoavalia) a postura dos educadores junto ao processo de ensino, o trabalho dos profissionais da escola, onde é possível verificar se existe coerência entre as ações tomadas e a proposta pedagógica e, por ser uma discussão coletiva, tem grande potencial de geração de ideias, sendo também oportunidade de melhorar os relacionamentos entre os diferentes sujeitos. Sempre privilegiando o processo de ensino, possibilitando assim, o desenvolvimento da sociedade através da transformação dos cidadãos conscientes de seu papel social. É a escola cumprindo sua função.

As formas de avaliação e condução de um Conselho de Classe acabam por refletir o perfil dos profissionais da escola, a concepção adotada, suas práticas, reforçando uma identidade, uma cultura escolar.

Vislumbrar um horizonte de mudanças nas práticas escolares, com uma identidade mais participativa e a serviço da aprendizagem requer também trabalhar com outras esferas que compõe o universo social e organizacional do ambiente escolar como: administrar conflitos, tratar a questão de poder e dominação, conceitos sociais, preconceitos, tudo dentro de determinada configuração da comunidade escolar. O despertar da participação ativa é apenas mais um complexo fator a ser trabalhado dentro deste cenário de construção de uma identidade escolar mais democrática.

É possível aproveitar o potencial do Conselho de Classe enquanto espaço coletivo de avaliação para efetivar mudanças na cultura da escola. Deixar de ter uma visão estreita do processo de avaliação da aprendizagem, onde o foco na nota, no resultado de aprovado ou reprovado cria segmentação e exclusão.

Uma avaliação participativa garante a apresentação de diferentes pontos de vista, já que cada sujeito pode trazer sua contribuição para a reflexão do trabalho pedagógico desenvolvido. Por exemplo, a secretaria traz dados sistematizados, pessoal de apoio traz apontamentos extraclasse, os alunos com seu ponto de vista, assim como a equipe docente e também os pais, com seus anseios e dificuldades.

A valorização do diálogo e da reflexão pode contribuir para que se alcance um diagnóstico mais preciso e valoroso das ações necessárias ao melhoramento do processo de ensino e aprendizagem, onde todos se sintam responsáveis pela implementação destas ações, sintam-se protagonistas na busca por um objetivo coletivo do desenvolvimento de uma educação de qualidade.

O Conselho de Classe é um espaço de relações complexas, abrange as relações sociais, relações de controle, questões burocráticas, administrativas e principalmente relações do trabalho pedagógico, como destaca Dalben (1995, p. 48):

No estudo do Conselho de Classe em especial, existem inúmeras dimensões, com, por exemplo, a relação da instância com o processo pedagógico, com os processos de intervenção nas relações com o aluno e com a direção da escola, questões ligadas ao controle sobre as decisões, aspectos que orientam as possibilidades e limites de reestruturação do trabalho pedagógico, e conseqüentemente da organização do trabalho escolar, e ainda outras, que o colocam como parte do todo da escola e o

tornam, ao mesmo tempo, expressão dessa totalidade.( DALBEN, 1995, p. 48).

Sendo a escola o espaço de formação humana, que organiza relações sociais, entender o processo de aprendizagem e analisá-lo (função do Conselho) é ferramenta para contribuir com o processo educacional.

Foi possível identificar que, em grande parte, a coletividade contemplada no Conselho de Classe acaba sendo a equipe pedagógica e a maioria dos professores da turma. Muitas vezes não é realizado com a totalidade dos professores da turma avaliada, nem com presença de direção ou secretário (a). Esse formato pode suprimir uma maior reflexão e diversidade de opiniões, perpetuar um trabalho mais burocrático e a tomadas de decisão mais segmentadas.

Também foi observado que realizar autoavaliação do trabalho escolar não é hábito em todos os estabelecimentos de ensino, o profissional não repensa suas ações naquela escola e, dependendo do formato adotado nas reuniões, os profissionais também não são questionados nem motivados a mudar.

Mas vale o destaque para a identificação da participação dos diferentes membros da comunidade escolar no Conselho de Classe como uma forma de democratização da gestão do ambiente escolar, o que indica uma tendência para num momento futuro este espaço possa estar aberto para que outros se manifestem, interajam e consigam superar suas diferenças e buscar encaminhamentos através de decisões coletivas que inovem as práticas pedagógicas e que favoreçam um ensino de qualidade, como alguns estabelecimentos já mencionam ter planejado.

Não é um processo fácil, é uma longa caminhada que exige mudança de pensamento dos sujeitos, busca e disseminação de informações, demanda tempo e preparo para que cada um aceite o outro como parte da comunidade, com sua opinião e seus anseios. É fato que existe necessidade de ampliar o espaço para decisões coletivas no ambiente escolar como estratégia para que a escola cumpra seu papel social na busca por uma sociedade mais igualitária e a escola deve ouvir a palavra de sua comunidade. Porém vale lembrar que devido a autonomia concedida aos estabelecimentos de ensino na construção de sua proposta pedagógica, a decisão de ampliação dos participantes dos Conselhos de Classe cabe ao estabelecimento de ensino.

Fica destacado que a mudança de comportamento dos sujeitos no ambiente escolar, o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento, de identificação como corresponsável de todo o processo educacional, tanto na equipe escolar como nos alunos e pais, só acontece quando alguém ou algum grupo pressiona a organização ou gestão no sentido de evoluir e de abrir os espaços para participação.

Este movimento depende de sujeitos detentores certo conhecimento, que atuem em prol da real democratização do ambiente escolar, motivando os outros a assumirem também sua participação e assim evoluir tanto na qualidade do trabalho escolar como na formação de cidadãos ativos.

E primeiramente precisamos alcançar uma mudança de comportamento perante outras instâncias colegiadas já instituídas, tema muito estudado na literatura, junto a gestão administrativa escolar e conseqüentemente a gestão pedagógica. O Conselho de Classe, sendo efetivado como ferramenta de participação e de cumprimento do Projeto Político Pedagógico, contribui para o encaminhamento de uma escola pública que atende aos interesses de sua comunidade e contribui para a vivência de uma gestão democrática do ensino.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) . Acesso em: 07 de abril de 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 5692/71**. Brasília : 1971. Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/l5692.html](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/l5692.html)> Acesso em: 07 de abril de 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília : 1996. Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/l9394.html](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/l9394.html)>. Acesso em: 07 de abril de 2015.

BASTOS, CARMEN CÉLIA B. CORREIA. LEINDECKER, ALICE MAGALHÃES. **Conselho de Classe: Uma experiência de Participação Democrática na Escola**. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1974-8.pdf>. Acesso em 11 de março de 2015.

DALBEN, A. I. L. F. **Conselhos de Classe e Avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2006

DALBEN, A. I. L. F. **Trabalho escolar e conselho de classe**. Campinas, SP : Papirus, 1995

GALINA, Irene de Fátima; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. **Gestão Democrática e Instâncias Colegiadas**. In: CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves et al. **Gestão Escolar**. Maringá: Secretaria de Estado da Educação do Paraná : Universidade Estadual de Maringá, 2008. p. 32 – 35. Disponível em : <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1090-4.pdf>. Acesso em 10 de março de 2015.

GOMES NADAL, Beatriz. **Cultura escolar e conselho de classe; gestão democrática do trabalho pedagógico?**, Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 199-225, jan./jun. 2012 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>> Acesso em 20 de março de 2015.



GRILO, Valéria Teixeira de Meiroz. Direito à Educação. Lei de Diretrizes e Bases. **Breves Considerações acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei nº 9394/96) Disponível em [http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca\\_igualdade\\_12\\_2\\_3\\_1.php](http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca_igualdade_12_2_3_1.php). Acesso em 10 de abril de 2015.

LEITE, Lilian Ianke. **Conselho de classe: a historicidade de uma prática entre os fazeres ordinários da escola (1950-1990)** / Lilian Ianke Leite. 239f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

LEINDECKER, Alice Magalhães. **Conselho de Classe: Uma Experiência de Participação Democrática na Escola**. Disponível em:< <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1974-8.pdf>> Acesso em 12 de abril de 2015.

LIMA, Márcia Regina Canhoto de . **Paulo Freire e a Administração Escolar: a busca de um sentido**. 01. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2007. v. 1500. 148p .

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. **A Reconstrução Educacional do Brasil. Ao Povo e ao Governo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932. Disponível em< <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>> Acesso em 25 de março de 2015.

.OLIVEIRA, Márcia de. **O Papel do Conselho de Classe Na Escola Pública Atual**. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pde\\_busca/producoes\\_pde/2008\\_uem\\_ped\\_artigo\\_marcia\\_de\\_oliveira.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pde_busca/producoes_pde/2008_uem_ped_artigo_marcia_de_oliveira.pdf). Acesso em: 07 de abril de 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de Gestão Escolar. **SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO REGIMENTO ESCOLAR** – 3ª ed. – Curitiba: SEED – PR, 2010. – 102p

PARO, Vitor Henrique. **A utopia da gestão escolar democrática**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 60, p. 51-53, fev. 1987.

PARO, Vitor Henrique. **A Gestão da Educação Ante as Exigências de Qualidade e Produtividade da Escola Pública**.In: V Seminário Internacional sobre

Reestruturação Curricular, 1998, Porto Alegre, RS. Publicado em :SILVA, Luiz Heron da;org. A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis, Vozes, 1998.

ROCHA, A. D. **Conselho de classe: burocratização ou participação?** 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986

SOUZA, A. R. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática.** Educ. ver. , Dezembro 2009, vol. 25, nº3, p. 123-140.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico, Conselho Escolar e Conselho de Classe: instrumentos da organização do trabalho.** UnB/UniCEUB. Disponível em: <[www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/176.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/176.pdf)> Acesso em 07 abril de 2015.

## ANEXO 1



Universidade Federal do Paraná  
Núcleo de Políticas, Gestão e Financiamento da Educação



Este questionário tem por objetivo subsidiar dados para pesquisa sobre o tema "Conselho de Classe e Gestão Democrática", realizada para o curso de Especialização em Políticas Educacionais. Para tal pesquisa, conto com sua valiosa colaboração e disponibilidade em responder, lembrando que está

Sobre o Conselho de Classe:

Com que frequência os seguintes membros participam do Conselho de Classe?

Direção

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Professores da turma avaliada

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Equipe Pedagógica

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Secretário(a)

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Pessoal Técnico Administrativo

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Representante dos alunos

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Representante dos pais

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Com que frequência estes assuntos são discutidos no Conselho de Classe?

Aproveitamento escolar/notas

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Comportamento dos alunos

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Recuperação de estudos

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Informações sobre a vida pessoal do aluno

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Auto avaliação do trabalho escolar (metodologia, domínio de conteúdos, etc)

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

avaliação do encaminhamento pedagógico do estabelecimento de ensino

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Desenvolvimento de ações para o estabelecimento de ensino

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Outros. Quais? \_\_\_\_\_

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Na sua opinião, numa perspectiva de uma gestão mais democrática dos espaços

☐ Certamente ☐ Possivelmente ☐ Não necessariamente ☐ Nunca

O estabelecimento de ensino no qual você trabalha, realiza ações em prol de uma maior interação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar (professores, alunos, pais, funcionários...) junto ao conselho de classe?

☐ Sempre ☐ Frequentemente ☐ Raramente ☐ Nunca

Quais Ações?

---

---

---

---

---

---

---